



PLANO DE ENSINO 2025

PROFESSOR: MARIA RAFAELA JUNQUEIRA BRUNO RODRIGUES

DEPARTAMENTO: DIREITO PRIVADO

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL I

SÉRIE: 2º ANO TURMAS: A e B TURNO: DIURNO E NOTURNO

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a. HORÁRIA ANUAL: 144h/a.

1. EMENTA

A disciplina será desenvolvida de conformidade com a Legislação vigente (Constitucional e Infraconstitucional), abrangendo o Código Civil e demais legislações especiais pertinentes à disciplina Direito Empresarial I. O desenvolvimento da disciplina se dará a partir dos seus fundamentos históricos e constitucionais, fontes, teorias, princípios, conceitos fundamentais e gestão de inovação. Das pessoas jurídicas. Atividade Empresarial. Empresa (empresas individuais – SIMPLES Nacional). Empresário. Estabelecimento. e-Commerce. Registro do Comércio. Teoria geral das sociedades. Direito Societário (sociedades contratuais).

2. OBJETIVOS GERAIS

Promover a compreensão e a importância do Direito Empresarial. Apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais do Direito Empresarial. Estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos.

Motivar os alunos a refletirem de maneira crítica e valorativa, através da análise dos institutos pertinentes ao Direito Empresarial, consubstanciado na Doutrina, Jurisprudência, legislação vigente e realidade, acompanhando a evolução dos institutos.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Conhecer o Direito Empresarial, sua relação com diversos ramos do Direito, o lado dinâmico dos seus institutos, as tendências determinadas pelo constante desenvolvimento social, ambiental, de governança, econômico, científico e tecnológico, a realidade que impõe valorações e avanços na conquista de direitos e compromisso com as obrigações oriundas destes, permitindo ao aluno realizar conexão entre a teoria e a prática. Promover o desenvolvimento das competências a partir das habilidades apresentadas e definidas no perfil do egresso, quais sejam:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas..
- Interpretação e aplicação do Direito.
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito.
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica.
- Valoração e tomada de decisões.



- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I. PRIMEIRO BIMESTRE

1. Introdução
2. Origem e evolução histórica do Direito Comercial.
 - 2.1. Antiguidade.
 - 2.2. Teoria dos Atos Comerciais.
 - 2.3. Teoria da Empresa.
3. O Direito Comercial no Brasil.
4. Constituição e princípios constitucionais do Direito Empresarial.
5. Autonomia – Fontes.
6. Das Pessoas Jurídicas
 - 6.1. Conceito
 - 6.2. Natureza Jurídica
 - 6.3. Requisitos para constituição da Pessoa Jurídica
 - 6.4. Classificação da Pessoa Jurídica
 - 6.5. Pessoas Jurídicas de Direito Privado
 - 6.6. Pessoas Jurídicas de Direito Público
 - 6.7. Extinção da Pessoa Jurídica

II. SEGUNDO BIMESTRE

7. Empresa
 - 7.1. Introdução
 - 7.2. Perfis – conceito poliédrico
 - 7.3. O Empresário
 - 7.4. Conceito do Empresário à luz do Código Civil
 - 7.5. Abertura de Empresas
 - 7.6. ME - Microempresa
 - 7.7. EPP - Empresa de Pequeno Porte
 - 7.8. MEI – Microempreendedor Individual
 - 7.9. Sociedade Limitada Unipessoal
8. Empresa – Patrimônio
 - 8.1. Do estabelecimento empresarial
 - 8.2. Do nome empresarial
 - 8.3. e-Commerce
 - 8.4. Web sites e marketplaces
 - 8.5. Regimes Tributários

III. TERCEIRO BIMESTRE

9. Direito Societário
 - 9.1. Conceito
 - 9.2. Teorias sobre a personalidade jurídica dos entes coletivos
 - 9.3. Constituição das sociedades – requisitos - affectio societatis
 - 9.4. Classificação
 - 9.4.1. Sociedades Não Personificadas
 - 9.4.2. Sociedades Personificadas
10. Entes despersonalizados



11. Sociedade Limitada

- 11.1. Noções preliminares
- 11.2. Contrato Social
- 11.3. A Responsabilidade dos Sócios
- 11.4. As deliberações dos sócios
- 11.5. A administração da Sociedade Limitada
- 11.6. A responsabilidade do administrador
- 11.7. Do Conselho Fiscal
- 11.8. Da liquidação e dissolução

12. Da Desconsideração da Personalidade Jurídica

- 12.1. Noções preliminares.
- 12.2. Conceito
- 12.3. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC
- 12.4. Da desconsideração da Personalidade Jurídica Inversa

IV. QUARTO BIMESTRE

13. Tipos societários - distinção entre sociedades de pessoas (personalíssimas) e as sociedades de capital (capitalistas)

- 13.1. Aspectos gerais das sociedades em nome coletivo, comandita simples e comandita por ações
- 13.2. Grupos Societários
- 13.3. A Sociedade Cooperativa
- 13.4. Economia Solidária – Lei no 15.068/2024
- 13.5. A Sociedade Anônima de Futebol

5. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS – METODOLOGIAS ATIVAS

- 5.1. Aulas remotas ou vídeo aulas adaptadas à situação similar à pandemia Covid-19, quando necessário.
- 5.2. Aulas expositivas com auxílio dos recursos de multimídia, quando for o caso.
- 5.3. Metodologias ativas aplicadas, tais como, estudo de casos, artigos e vídeos trabalhados em flipped classroom; dentre outros.
- 5.4. Monografias e demais trabalhos escritos.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO

- 6.1. Provas Objetivas.
- 6.2. Provas Dissertativas.
- 6.3. Provas Orais.
- 6.4. Seminários.
- 6.5. Trabalhos de pesquisa.

7. INTERCOMPLEMENTARIDADE DISCIPLINAR

- 7.1. Interdisciplinaridade através da abordagem do conteúdo programático, pelo domínio de conceitos jurídicos fundamentais, comuns aos diversos componentes curriculares do curso superior de graduação em Direito, tais como: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito de Processo Civil, Direito Administrativo, Direito do Consumidor, etc.
- 7.2. Intercomplementaridade pela consecução de habilidades e competências comuns aos diversos ramos do saber jurídico, tais como: domínio de normas técnico-jurídicas, de tecnologias e métodos; raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica; leitura, compreensão, interpretação e aplicação do Direito;



utilização adequada da legislação, jurisprudência, doutrina e demais fontes do Direito; julgamento e tomadas de decisões apropriadas etc.

7.3. Intercomplementaridade pela busca da realização do mesmo perfil profissiográfico das demais disciplinas da organização curricular, compreendendo: adequada formação geral, humanística e axiológica; capacidade de análise, argumentação e compreensão da historicidade dos direitos; aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica (aprender a aprender), para o exercício profissional com justiça e cidadania (aprender a viver no mundo jurídico), numa perspectiva de educação continuada.

8. BIBLIOGRAFIA

I. BÁSICA

CHAGAS, Edilson Enedino dos. Direito Empresarial esquematizado. 12.Ed. São Paulo: Saraiva, 2025.

VIDO, Elisabete. Curso de Direito Empresarial. 13.Ed. São Paulo: Saraiva, 2025.

COELHO, Fabio Ulhoa. Manual de Direito Comercial - Direito de Empresa. 34.Ed. São Paulo: RT, 2024.

CRUZ, André Santa. Manual de Direito Empresarial. Vol. Único. São Paulo: Jus Podivm, 2024.

MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial. 18. Ed. São Paulo: Atlas, 2024.

II. COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, Ricardo. ARRUDA, Tatiane Costa. Reforma Tributária Ec/132/2023 – A Nova Tributação do Consumo no Brasil. São Paulo: Jus Podivm, 2024.

BERTOCCELLI, Rodrigo, ALVIM, Tiago Cripa. CARVALHO, André Castro. (Et. All). Manual de Compliance. 4.Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

BIONI, Bruno. Coordenador. Tratado de proteção de dados pessoais. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

BOITEUX, Fernando Netto. Manual de Direito Empresarial. 3.Ed. São Paulo: Jus Podivm, 2024.

BUTTIGNON, I. C. ; RODRIGUES, M. R. J. B. . A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as medidas de urgência a serem tomadas pelas empresas como modelo de gestão estratégica e organizacional. Anais do XV Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2020.

CAMPINHO, Sérgio. Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa. 20. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2024.

CUCALA, Francisco Segrelles. Ética Empresarial: Ideas, reflexiones y casos. Espanha: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2013.

CORTELAZZO, A.; JUNIOR, DILERMANDO PIVA ; FIALA, D. A. S. ; PANISSON, L. ; RODRIGUES, M. R. J. B. . Metodologias Ativas e Personalizadas de Aprendizagem. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. Proteção de dados pessoais na sociedade da informação - entre dados e danos. São Paulo: Foco, 2021.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. Vesting Empresarial: aspectos jurídicos relevantes à luz da teoria dos contratos relacionais. 2.Ed. São Paulo: Foco, 2022.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de Direito Comercial. 5. Ed. São Paulo: Saraiva Jus, 2024.

GABRIEL, Sergio. Prática Empresarial. 5.Ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito da Empresa: comentários dos arts. 966 a 1.195, do Código Civil. 11. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro - Vol. 1 - Parte Geral. 22.Ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

GUERRA, P. C. ; RODRIGUES, M. R. J. B. ; SOUZA NETO, C. C. ; NASPOLINI, S. H. D. F. Direito e Inteligência Artificial: Fundamentos. 1. ed. Vol.5. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 27 Ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

MAMEDE, Gladston. MAMEDE. Eduarda Cotta. Blindagem Patrimonial e Planejamento Jurídico. 5a Ed. São Paulo: Atlas, 2018.



- MAMEDE, Gladston. MAMEDE. Eduarda Cotta. Holding familiar e suas vantagens. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- MATIAS, Eduardo Felipe P. (Coordenador). Marco Legal das Startups: Lei Complementar 182/2021 e o fomento ao empreendedorismo inovador no Brasil. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.
- MORETTI, Eduardo. OLIVEIRA, Leandro Antonio Godoy. E Outros. Startups: aspectos jurídicos relevantes. Vol. 2. 5. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.
- NOGUEIRA, Ricardo Jose Negrão. Curso de Direito Comercial e de Empresa - Vol. 3 - 18a edição. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
- PIVA JR., D. ; AMORIN, J. A. ; RODRIGUES, M. R. J. B. Direito Autoral para Educação a Distância: atualizado de acordo com a Lei no 12.853/13. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013.
- RODRIGUES, M. R. J. B.; PIVA JR., D. ; AMORIN, J. A. Direito Autoral para Educação a Distância. 1a. ed. Curitiba: CRV, 2013.
- RODRIGUES, Maria Rafaela Junqueira Bruno; SOUZA NETO, Cezar Cardoso . A justiça restaurativa como política pública para a adoção dos preceitos religiosos: a laicidade do estado e a efetivação do direito de crença como um direito humano. In: Michel Eriton Quintas. (Org.). Temas em Estudos de Religião - Volume 1. 1ed.São Paulo - SP: Editora Científica Digital, 2024, v. 1, p. 175-193.
- RODRIGUES, M. R. J. B. Possibilidade de enfrentamento à corrupção política no brasil através da educação em direitos humanos, sob a égide dos princípios da doutrina social da igreja. In: SALGADO, Karine. CAMPOS, Gabriel Afonso. REIS, Gabriel da Silva.
- COUTO, Maria Laura Tolentino Marques Gontijo. (Org.). Direito e Religião Anais do VI simpósio de filosofia da dignidade humana. 1ed.Belo Horizonte - MG: Editora Expert, 2023, v. 1, p. 1-245.
- RODRIGUES, M. R. J. B.; CORTELAZZO, A. ; PIVA JR., D. A adoção dos contratos individuais do teletrabalho em tempos de pandemia: Uma alternativa para a educação.
- In: GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman de.. (Org.). Educação Contemporânea ? Volume 36. 1ed.Belo Horizonte - MG: Poisson, 2022, v. 36, p. 120-130.
- RODRIGUES, M. R. J. B.; PIVA JR., D. ; CORTELAZZO, A. . Privilegiando a criatividade a partir do modelo de negócios. In: Maria Célia da Silva Gonçalves; Daniela Cristina Freitas Garcia Pimenta. (Org.). Educação Contemporânea. 1ed.Belo Horizonte/MG: Poisson, 2022, v. 39, p. 158-163.
- RODRIGUES, M. R. J. B.; SOUZA, A. P. A utilização da plataforma de aprendizagem Kahoot! como meio eficaz de fixação de conteúdo pedagógico. In: Gabriel Marcelino Alves; Diego Cesar Valente e Silva. Paulo José Evaristo da Silva. (Org.). Softwares educacionais. 1ed.São Paulo: EDIFSP, 2021, v. 312, p. 1-312.
- RODRIGUES, M. R. J. B.; SOUZA NETO, C. C. Os ativos virtuais das empresas e as questões pendentes da tributação: um prejuízo ao estado e a urgência de políticas públicas, 2022, Curitiba. Curitiba, 2022. v. 1. p. 102-120.
- SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Manual de Direito Empresarial. 5 Ed. São Paulo: Editora do Direito, 2024.
- SANTOS, Fernando de Almeida. Ética Empresarial: Políticas de Responsabilidade Social Em 5 Dimensões. 2.Ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- SILVA, Paulo Renato Fernandes da. Curso de Direito Cooperativo do Trabalho. 5.Ed. São Paulo: LTR, 2021.
- SOUZA NETO, C. C. ; GIOLO JUNIOR, C. ; RODRIGUES, M. R. J. B. A declaração de liberdade econômica e a obsolescência programada como fator de usurpação dos direitos do consumidor: uma questão de política pública responsável. In: Ana Carla Mendes Coelho; Flávio Aparecido de Almeida. (Org.). DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES. 1ed.Guarujá - SP: CientíficaDigital, 2022, v. 1, p. 24-42.
- SOUZA NETO, C. C. ; RODRIGUES, M. R. J. B. ; PINA, F. L. . A reforma gregoriana e a estruturação da ius ecclesia: o direito como forma de separação entre a religião e o Estado.In: Flávio Aparecido de Almeida (Organizador). São Paulo: Científica Digital, 2022, v. X, p. 25-37.
- TAMER, Maurício. Manual de Direito da Proteção de Dados Pessoais. São Paulo: Saraiva, 2025.
- TOMAZETTI, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário.Vol. 1 – 15. Ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA
AUTARQUIA MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR

AV. MAJOR NICÁCIO, 2.377 - TEL: (16) 3713.4000
BAIRRO SÃO JOSÉ - FRANCA .SP - CEP: 14.401-135

EXCELÊNCIA NO ENSINO JURÍDICO DESDE 1958.

WWW.DIREITOFRANCA.BR

Responsabilizo-me pelo cumprimento integral deste Plano de Ensino e pelo seu conteúdo.

Franca, quinta-feira, 3 de fevereiro de 2025.

Maria Rafaela Junqueira Bruno Rodrigues